

30 anos de Ensino Profissional: perscrutar as intencionalidades e perspetivar o futuro



Luísa Orvalho, José Matias Alves e Joaquim Azevedo [Coordenação]

Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Educação e Psicologia

09 de maio de 2019

Ficha técnica:

Título: *30 anos de Ensino Profissional: perscrutar as intencionalidades e perspetivar o futuro*

Coordenação: Luísa Orvalho, José Matias Alves & Joaquim Azevedo

Organizadora: Luísa Orvalho e Laura Rocha

Composição: Francisco Martins

Autores: Colégio de Gaia, EPROMAT – Escola Profissional de Matosinhos, Escola de Comércio de Lisboa, Escola de Hotelaria de Fátima, Escola Profissional Agrícola Conde de S. Bento, Escola Profissional Alda Brandão de Vasconcelos, Escola Profissional Amar Terra Verde, Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Carvalhais-Mirandela, Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Marco de Canaveses, Escola Profissional CIOR, Escola Profissional de Economia Social, Escola Profissional de Esposende, Escola Profissional Perpétuo Socorro, Escola Profissional do Vale do Tejo, Escola Profissional FORAVE, Escola Profissional Raúl Dória, Escola Profissional de Tondela, Escola Secundária Augusto Gomes, Escola Secundária D. Sancho I, ESPROARTE – Escola Profissional Arte de Mirandela, ETAP – Escola Profissional

Editor: Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa

Data de edição: maio de 2019

Local: Porto

Rua Diogo Botelho,1327|4169-005|Porto | Portugal

Foto de capa: Foto do tributo da ANESPO aos diretores e colaboradores do GETAP no dia 21 de janeiro de 2019, data da comemoração dos 30 anos do Ensino Profissional, na cidade do Porto

ISBN: 978-989-54364-2-2

Autonomia e Flexibilidade na Organização e Gestão Curricular dos Cursos Profissionais. *Taxonomia de Bloom revista e atualizada como instrumento de apoio à tomada de decisões*

Luísa Orvalho

Investigadora do CEDH e Consultora do Eixo Valorização do Ensino Profissional, SAME - UCP

Introdução

Os desafios da *educação e formação profissional* são muitos, cada vez maiores e mais urgentes.

No que respeita às qualificações dos recursos humanos, os atuais desafios *laborais*, criados pela emergência da 4ª revolução digital, são enormes e muito diferentes dos da sociedade da informação e comunicação que a antecedeu. A *qualidade e a excelência*, num espaço global e altamente competitivo, têm de ser a marca distintiva na produção das qualificações atualizadas de qualidade, pautadas pela formação integral da pessoa que seja capaz de viver e trabalhar no século XXI.

A *qualidade das qualificações*, imposta pelo Decreto-Lei 92/2014, de 20 de junho, obriga as escolas, com ofertas de cursos de dupla certificação, a implementar/ou adaptar um sistema de garantia da qualidade da educação e formação profissional, alinhado ao Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissional (EQAVET), cujas qualificações são definidas em termos de resultados de aprendizagem.

A *transição para a sociedade digital* na escola e no mundo do trabalho, o recurso às tecnologias e ferramentas digitais de forma concreta, na sala de aula e na FCT e PAP - potenciam a interdisciplinaridade e a integração curricular, práticas de educação e formação profissional inovadoras, a diferenciação dos percursos qualificantes e académicos, para melhorar o acesso à aprendizagem e, assim, responder à heterogeneidade dos diferentes públicos, que hoje frequentam a escola.

A *ética e o papel social* de cada pessoa são hoje, mais do que nunca determinantes. Não chega aprender apenas técnicas, mas é necessário criar condições para assegurar a preparação dos alunos para as múltiplas exigências da sociedade contemporânea e apoiar o desenvolvimento pessoal de cada cidadão estudante ou trabalhador, revelando-se como modelo de comportamento.

A mudança urgente de paradigma há muito reclamada, encontra terreno fértil, nos novos documentos curriculares¹, reforçando e fortalecendo o modelo inovador do ENSINO PROFISSIONAL, nascido há 30 anos em Portugal, com a criação das escolas profissionais², permitindo a consecução da escolaridade obrigatória, a inserção no mundo do trabalho e o prosseguimento de estudos para todos, numa perspetiva de escola inclusiva, em que a organização e desenvolvimento curricular flexível aposta numa formação integral com vivências de cidadania e desenvolvimento ativas e congruentes com o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PA), perfil de pessoa e cidadão, debatido e consensualizado socialmente e homologado pelo Despacho nº6478/2017³.

No caso concreto dos cursos profissionais, criados em 1989, nas escolas profissionais, assente em princípios de orientação educativa diferenciada, apoio personalizado e avaliação essencialmente formativa, com finalidades de formação para a mudança, formação para a mudança e formação qualificada, a organização modular do currículo aberta e flexível

(...) é a essência da escola, enquanto projeto global de formação e de cultura, e o professor é o profissional que o reconstrói no processo de desenvolvimento curricular, neste trabalho assumimos que o professor do ensino profissional é aquele que trabalha o conjunto de aprendizagens modulares significativas e contextualizadas, que se pretende fazer aprender a todos os alunos, para que sejam melhores cidadãos e profissionais, de acordo com o seu ritmo e características, na escola e na empresa, no quadro dos referenciais de formação/perfis profissionais, que se consideram relevantes e necessários para a certificação, regulação e orientação dos seus percursos educativo e formativo (Orvalho, L., 2010, Tese de Doutoramento)⁴.

A arte da possibilidade de Zander⁵ encontra, na oportunidade conferida às escolas e aos professores, pelo programa de **Autonomia e Flexibilidade Curricular**, um contexto propício para a experimentação, aplicação e procura de novas soluções para os desafios enunciados. A concretização efetiva de autonomia curricular, possibilita às escolas a identificação de opções curriculares eficazes, que promovam as competências do PA, que funciona como documento curricular orientador para todos os níveis de ensino.

¹ Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de julho, Decreto-Lei 54/2018, de 6 de julho e Decreto-Lei 55/2018 de 6 de julho e as estratégias para a cidadania e desenvolvimento, inclusão e a gestão das DAC no âmbito da Autonomia e Flexibilidade Curricular

² Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de janeiro – cria as escolas profissionais em Portugal, enquanto modalidade especial de educação escolar

³ Despacho nº6478/2017, de 26 de julho - O Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

⁴ Orvalho, L. (2010). A Estrutura Modular nos Cursos Profissionais das Escolas Secundárias Públicas: do Modelo Curricular às Práticas. Dois Estudos de Caso. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade Católica Portuguesa.

⁵ Zander, R. & Zander, B. (2001). *A arte da possibilidade. Criando novas possibilidades para transformar sua vida*. Brasil: Editora Campus

A Escola que prepara para os desafios de amanhã perscrutando e perspetivando o Futuro

A Finlândia, considerada, atualmente, o país de referência da educação, aposta no acompanhamento das escolas e na qualificação dos professores. Os cinco princípios-chave que estão na base deste novo paradigma são: educação para mudança, uma sólida formação científica e atualizada, um profundo conhecimento dos conceitos-chave da matéria curricular, aliada à necessidade de investigação e de "um profundo entendimento do conteúdo" ⁶ que ensinam, uma formação pedagógica e didática centrada na aprendizagem de cada aluno(a), adequada a cada contexto, nível e tipo de público-alvo, apoio no desenvolvimento profissional durante a formação e, depois, no exercício profissional, com trabalho colaborativo, a intervenção entre pares, a mentoria dos que estão na profissionalização, na aplicação de novas metodologias na sala de aula e na concretização de projetos, uma exigente ética pessoal, para que os professores possam ser modelos de comportamento e de referência, capazes de promoverem uma educação para o desenvolvimento e cidadania global responsável.

Embora nenhum modelo possa ser copiado, ele pode ser inspirador para qualquer país. Quando os cursos profissionais foram criados nas escolas profissionais, em 1989, optou-se por um modelo inovador, ainda hoje atual, em que a flexibilidade curricular e a autonomia das decisões do professor e das escolas constituíam os princípios estruturantes.

O modelo educativo e formativo dos cursos profissionais, assente na Estrutura Modular, foi considerado como modelo pedagógico de sucesso e a marca distintiva que justificou, em 2004-2005, na Reforma do Ensino Secundário (aprovada pelo Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de março, com as retificações da Declaração de Retificação nº 44/2004, de 25 de maio) o seu alargamento à rede de escolas públicas, por alterações à Lei nº 46/86, de 14 de outubro. Desde então, o ensino profissional inserido no sistema educativo, deixa de ser uma modalidade especial de educação, para fazer parte integrante da diversidade de ofertas qualificantes de dupla certificação, do nível secundário de educação, saindo da marginalidade, que lhe tinha sido conferida, com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986 (artº 19 Formação Profissional)⁷.

O Serviço de Apoio à Melhoria da Educação (SAME), da Faculdade de Psicologia, da Católica Porto, e em especial o eixo Valorização do Ensino Profissional, acompanha muitas escolas públicas, privadas, e do EPC, através de consultoria de proximidade, de formação-ação ou de apoio à implementação do sistema de qualidade na educação e formação profissional alinhado ao EQAVET – algumas das narrativas inovadoras podem ser consultadas na Parte II deste e-book.

A Taxonomia de Bloom revista e atualizada para a era digital pode ser um instrumento de apoio à tomada de decisões dos professores e das escolas, na atualização do referencial da

⁶A formação dos professores na Finlândia <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47700874>

⁷ Lei n.º 46/86, de 14 de outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo

organização e gestão curricular, dos cursos profissionais, nomeadamente da passagem dos programas para as aprendizagens essenciais⁸.

Estrutura do processo cognitivo: relação entre a taxonomia original de Bloom e a revista

A definição clara e estruturada dos objetivos de aprendizagem, considerando a tríade de aquisição de conhecimentos, desenvolvimento de capacidades e atitudes, alinhadas ao PA e tendo em conta os perfis profissionais e referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), exige intencionalidade na planificação do processo de ensino, aprendizagem e avaliação, a aposta em escolhas de ações estratégicas diferenciadas promotoras de processos de desenvolvimento cognitivo de níveis de complexidade crescente ao longo do ciclo de formação e, o uso de instrumentos de avaliação formativa e sumativa diversificados e coerentes com o conteúdo específico que se deseja que todos os alunos aprendam e realizarem com aquele conteúdo assimilado (Driscoll, 2000) .

As perguntas de partida, colocadas pela(s) equipa(s) pedagógica(s) de cada curso(s) profissional(ais) são na maioria dos casos:

Que ações estratégicas devem ser planeadas, e como, para implementar os objetivos, de forma a que se obtenham os resultados de aprendizagem esperados?

O que devem os alunos aprenderem e serem capazes de fazer com esse conhecimento?

BLOOM et al. (1956), definiram, na altura, três níveis de domínio: o cognitivo, o afetivo e o psicomotor, sendo o cognitivo aquele que está mais divulgado. No domínio cognitivo os processos cognitivos são seis, por ordem decrescente de complexidade: 6. Avaliação, 5. Síntese, 4. Análise, 3. Aplicação, 2. Compreensão e 1. Conhecimento.

A utilização da Taxonomia de Bloom revista e atualizada em 2001⁹, é um instrumento adequado que pode ser utilizado na formulação das aprendizagens essenciais (AE) das disciplinas / áreas curriculares dos cursos profissionais, de forma a obter resultados de aprendizagem de qualidade e alinhados ao sistema EQAVET.

⁸ Orientações curriculares de base na planificação, realização e avaliação do ensino e da aprendizagem, constituídas pelo conjunto comum de conhecimentos a adquirir, identificados como os conteúdos de conhecimento disciplinar estruturado, indispensáveis, articulados conceptualmente, relevantes e significativos, bem como de capacidades e atitudes a desenvolver obrigatoriamente por todos os alunos em cada área disciplinar ou disciplina, tendo, em regra, por referência o ano de escolaridade ou de formação.

⁹ Carmo Marcheti Ferraz, A. P. & Belhot, R. V. (2010). Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações dos instrumentos para definição de objetivos instrucionais. In *Revista Gestão & Produção*, v. 17, n. 2, p. 421-431. Brasil: Departamento de Engenharia de Produção (DEP) da Universidade Federal de São Carlos.

A atual Taxonomia de Bloom revista e atualizada¹⁰, considera o conhecimento dividido em dois tipos: (1) conhecimento como processo e (2) conhecimento como conteúdo assimilado. O processo cognitivo pode ser entendido como o meio pelo qual o conhecimento é adquirido ou construído e usado para resolver problemas diários e eventuais (Anderson et al., 2001)¹¹. O conhecimento pode ser factual, concetual/ou de princípios, procedimental e metacognitivo. No **domínio cognitivo**, os processos cognitivos são também seis, mas alguns mudaram de posição e foram renomeados: Conhecimento; Compreensão; Aplicação; Análise; Síntese; e Avaliação. Os aspetos verbais utilizados na categoria Conhecimento foram mantidos, mas esta foi renomeada para Lembrar; a Compreensão foi renomeada para Entender; Aplicação, Análise, Síntese e Avaliação, foram alteradas para as formas verbais Aplicar, Analisar, Sintetizar e Criar, por expressarem melhor a ação pretendida e serem condizentes com o que se espera de resultado a determinado estímulo de instrução. As categorias avaliação e síntese (avaliar e criar) foram trocadas de lugar; e os nomes das subcategorias existentes foram alterados para verbos no gerúndio.

Na taxonomia de Bloom revista foi acrescentado um quarto, **o domínio metacognitivo** - a consciência da aprendizagem individual. A metacognição, o pensar sobre o pensar, a reflexão sobre o que se aprendeu e o que ainda falta aprender, dá ao aluno a possibilidade de fazer a autorregulação e autoavaliação da sua aprendizagem com autonomia.

As alterações verificadas entre a Taxonomia original de Bloom (1956)¹² e atual revista (2001), resultam da separação concetual, entre conhecimento e processo cognitivo, (Krathwohl, 2002)¹³. Cada uma das duas partes da estrutura bidimensional foi designada como dimensão conhecimento e dimensão dos processos cognitivos, ou seja, o que deve o aluno aprender (conteúdo curricular essencial) – *substantivo* - e como deve ser capaz de fazer uso dele, ser capaz de realizar com aquele conhecimento assimilado - *verbo de ação*. Essa separação de substantivos e verbos, conhecimento e processos cognitivos, deu um carácter bidimensional à taxonomia original de Bloom e direccionou todo o trabalho de formulação das aprendizagens essenciais dos programas dos Cursos Profissionais, atualmente em vigor.

A forma singular, bidimensional, da teoria de taxonomia é uma ferramenta que pode ajudar os professores e formadores a enunciar claramente as aprendizagens essenciais pretendidas, evidenciando a coerência entre as ações estratégicas e a avaliação, na planificação

^{10 13} Krathwohl, D. R. (2002). A revision of Bloom's taxonomy: an overview. *Theory in Practice*, v. 41, n. 4, p. 212-218.

¹¹ Anderson, I. W. et. al. (2001). *A taxonomy for learning, teaching and assessing: a revision of Bloom's Taxonomy of Educational Objectives*. Nova York: Addison Wesley Longman, p. 336.

¹² BLOOM, B. S. et al. (1956). *Taxonomy of educational objectives*. New York: David McKay, p. 262 (v. 1).

de uma aula, uma unidade de ensino, um módulo, disciplina/área disciplinar, não se ficando, apenas, pela enumeração dos objetivos instrucionais relacionados com a mudança de comportamento esperado.

Estrutura do processo cognitivo na taxonomia de Bloom revista¹⁴

1. Lembrar - reconhecer e reproduzir ideias e conteúdos. Reconhecer requer distinguir e selecionar uma determinada informação e reproduzir ou recordar está mais relacionado com a busca de uma informação relevante memorizada. Representado pelos seguintes verbos no gerúndio: Reconhecendo e Reproduzindo.

2. Entender - estabelecer uma conexão entre o novo e o conhecimento previamente adquirido. A informação é entendida quando o aprendiz consegue reproduzi-la com suas “próprias palavras”. Representado pelos seguintes verbos no gerúndio: Interpretando, Exemplificando, Classificando, Resumindo, Inferindo, Comparando e Explicando.

3. Aplicar - executar ou usar um procedimento numa situação específica e aplicação de um conhecimento numa situação nova. Representado pelos seguintes verbos no gerúndio: Executando e Implementando.

4. Analisar - dividir a informação em partes relevantes e irrelevantes, importantes e menos importantes e entender a inter-relação existente entre as partes. Representado pelos seguintes verbos no gerúndio: Diferenciando, Organizando, Atribuindo e Concluindo.

5. Avaliar - realizar julgamentos baseados em critérios e padrões qualitativos e quantitativos ou de eficiência e eficácia. Representado pelos seguintes verbos no gerúndio: Verificando e Criticando.

6. Criar – desenvolver uma nova solução, estrutura ou modelo utilizando conhecimentos e capacidades previamente adquiridas, ideias novas e originais, produtos e métodos por meio da percepção da interdisciplinaridade e da interdependência de conceitos. Representado pelos seguintes verbos no gerúndio: Generalizando, Planeando e Produzindo.

O Quadro Europeu de Competência Digital para Cidadãos (DigComp)

O DigComp oferece uma ferramenta para melhorar a competência digital dos cidadãos, foi publicado pela primeira vez em 2013, e é conhecido como DigCom 1.0. Em junho de 2016, o Joint Research Centre (JRC) publicou o DigComp 2.0, atualizando a terminologia e o modelo concetual (3 níveis de proficiência, básico, intermédio e avançado) bem como apresentando

¹⁴ Fonte: Bloom et al. (1956), Bloom (1986), Driscoll (2000) e Krathwohl (2002) in Ferraz & Belhot (2010, pp. 426-429)

exemplos da sua implementação a nível europeu, nacional e regional. Mais recentemente, em 2017, foi publicada a versão DigComp2.1¹⁵, elaborada pela unidade de Capital Humano e Emprego da JRC. Esta publicação centra-se na ampliação dos três níveis iniciais de proficiência para uma nova de oito níveis, bem como exemplos de uso, contextualizados à educação e emprego. Além desta publicação, o JRC publicou, outros trabalhos sobre o desenvolvimento de quadros de competências digitais para a capacitação de vários públicos-alvo¹⁶, dos quais destaco aqui: educadores (DigCompEdu); organizações educativas (DigCompOrg); consumidores (DigCompConsumers). O DigComp 2.1 organiza-se segundo 5 grandes dimensões: 1- Áreas de competência digital; 2- Competências e descritores de cada competência digital; 3- Níveis de proficiência para cada competência; 4- Conhecimentos, habilidades e atitudes aplicáveis a cada competência; e 5- Exemplos de uso sobre a aplicabilidade a diferentes contextos, nomeadamente, educação, formação, orientação profissional e emprego. Destacarei neste texto apenas as 5 *áreas de competências* e os 8 *níveis de proficiência*. O texto completo pode ser consultado no site. As 5 áreas de competência digital são: 1. Literacia de informação e de dados; 2. Comunicação e colaboração; 3. Criação de conteúdo digital; 4. Segurança; 5. Resolução de problemas. Os 8 níveis de proficiência, em função da complexidade da tarefa, autonomia e domínio cognitivo estão representados na Tabela 1. Para cada competência, são definidos 8 níveis de proficiência que se traduzem em resultados de aprendizagem (usando verbos de ação, seguindo a taxonomia de Bloom) e alinhados à estrutura do QEQ¹⁷.

Tabela 1 - Níveis de proficiência para cada competência digital _fonte

Níveis de proficiência DigCom 2.1 / DigComp1.0	Complexidade da função	Autonomia	Domínio cognitivo
1 Básico	Tarefas simples	Com orientação	Lembrar
2 Básico	Tarefas simples	Com autonomia e orientação onde necessário	Lembrar
3 Intermédio	Tarefas bem definidas e	Sozinho	Compreender

¹⁵ https://www.researchgate.net/publication/304489987_DigComp_Quadro_Europeu_de_Referencia_para_a_Competencia_Digital

https://www.researchgate.net/publication/321754691_DigComp_21_Quadro_Europeu_de_Competencia_Digital_para_Cidadãos_com_oito_níveis_de_proficiência_e_exemplos_de_uso

¹⁶ <https://ec.europa.eu/jrc/en/research-topic/learning-and-skills>

¹⁷ https://www.dges.gov.pt/pt/pt/pagina/quadro-nacional-de-qualificoesquadro_europeu-de-qualificações

	rotineiras, e problemas simples		
4 Intermédio	Tarefas e problemas bem definidos não rotineiros e problemas simples	De modo independente e de acordo com as próprias necessidades	Compreender
5 Avançado	Tarefas e problemas diferentes	Orientando outro	Aplicar
6 Avançado	Tarefas mais apropriadas	Adaptando-se a outros num contexto complexo	Avaliar
7 Altamente especializado	Problemas complexos com definição limitada	Integrando para contribuir para a prática profissional e orientar outros	Criar
8 Altamente especializado	Problemas complexos, com muitos fatores que interagem entre si	Propondo novas ideias e processos para a área	Criar

Fonte: Lucas, M., & Moreira, A. (2017). DigComp 2.1: quadro europeu de competência digital para cidadãos com oito níveis de proficiência e exemplos de uso. Aveiro: UA.

Alguns exemplos de uso, em cenário de aprendizagem:

Área de Competência 3. Criação de conteúdo

3.4 - Programação

“Preparar um trabalho de grupo com os meus colegas de turma

Descritor de competência – nível de proficiência 4/ intermédio

Usando uma interface de programação gráfica simples (por exemplo, ScratchJr), sou capaz de desenvolver uma aplicação para smartphones que apresenta o meu trabalho aos meus colegas.

Se um problema aparecer, sei como corrigir o programa e sou capaz de resolver problemas fáceis no meu código”

Área de competência 5. Resolução de Problemas

5.1 Resolução de problemas técnicos

“Usar uma plataforma digital de aprendizagem para melhorar as minhas competências de Matemática

Descritor de competência - nível de proficiência 4/ intermédio

Sou capaz de discutir com um amigo a competência digital de que necessito para usar as ferramentas de um MOOC para os meus estudos em Matemática.

Sou capaz de mostrar ao meu professor onde encontro e uso MOOCs de acordo com as minhas necessidades de aprendizagem.

Sou capaz de dizer-lhe quais as atividades e as páginas digitais que encontro enquanto navego para manter a minha competência digital atualizada, para que possa tirar o maior proveito das plataformas digitais de aprendizagem para as minhas necessidades.

Sou capaz de lidar com qualquer problema enquanto executo essas atividades, por exemplo, avaliar se os novos ambientes digitais que encontro enquanto navego são meios adequados para melhorar a minha competência digital, e tirar o maior proveito do MOOC”

Conclusão

O Serviço de Apoio à Melhoria da Educação, (SAME), da Católica Porto, SAME, acompanha e faz consultoria científica e pedagógica a muitas escolas públicas, privadas, e do EPC, para ajudar a repensar as práticas pedagógicas e identificar as mudanças a introduzir numa escola do futuro.

Navegar no vasto “universo de possibilidades” (Zander, 2001), para encontrar e construir novos paradigmas de desenvolvimento pessoal e profissional, despindo-nos dos velhos conceitos que nos bloqueiam no dia-adia, ARRISCANDO uma postura aberta à transformação que permita percorrendo o caminho do FUTURO ao ritmo do desejo e da motivação de cada COMUNIDADE, praticando a arte da possibilidade, é o desafio que aqui se deixa.

Daniel Pink, considerado um dos quinze pensadores mais influentes do mundo, ao abrir a 13ª edição de QSP Summit,¹⁸ que ocorreu no Porto, nos dias 21 e 22 de março de 2019, para abordar temas como a motivação e a liderança de equipas, afirmou que “A autonomia é a melhor tecnologia para o envolvimento [das pessoas]”. Para este autor “a melhor abordagem, é criar condições de trabalho em que tenham autonomia, possam progredir e entender por que o seu trabalho faz diferença”

Os millennials típicos viveram sempre num mundo de vídeo jogos, de mensagens de texto, de pesquisas no Google, um mundo de respostas personalizadas e quase instantâneas. O problema é que a maioria dos sistemas de *feedback* dentro das organizações está desatualizada (Pink, D., 2019)

A avaliação formativa, como parte integrante do processo de ensino aprendizagem, na Estrutura Modular dos cursos profissionais deve ser contínua, sistemática, não seletiva e eficaz, com a participação ativa, reflexiva e crítica de todos os intervenientes, na qual os alunos assumam a autorregulação das suas aprendizagens e os professores saibam dar o feedback

¹⁸ <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/daniel-pink-a-autonomia-e-a-melhor-tecnologia-para-o-envolvimento/> 16.03.2019

imediato e inteligente, que permita a cada um progredir ao seu ritmo, sem deixar módulos em atrasos.

O desenvolvimento curricular aberto e flexível dos cursos profissionais (cursos secundários de educação qualificante de dupla certificação), centrado no perfil de competências do aluno para o século XXI e nos novos perfis profissionais de saída definidos para cada área de educação e formação, com garantia da qualidade em termos de resultados da aprendizagem, dos processos, dos recursos e da empregabilidade dos seus diplomados, constitui o desafio da Escola de Hoje que pretende preparar para os desafios de Amanhã perscrutando e perspetivando o Futuro.